

INSTITUTO FEDERAL GOIANO - IFGOIANO  
CAMPUS AVANÇADO IPAMERI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU) EM FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES E PRÁTICAS EDUCATIVAS

**CONCEITOS E DESAFIOS DO ENSINAR E APRENDER NA EDUCAÇÃO NO/DO  
CAMPO**

IPAMERI/GO  
ABRIL/2021  
ESTERFÂNIA LOPES SILVA

INSTITUTO FEDERAL GOIANO - IFGOIANO  
CAMPUS AVANÇADO IPAMERI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU) EM FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES E PRÁTICAS EDUCATIVAS

**ESTERFÂNIA LOPES SILVA**

**CONCEITOS E DESAFIOS DO ENSINAR E APRENDER NA EDUCAÇÃO NO/DO  
CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal Goiano, Campus Avançado Ipameri, como requisito parcial para a obtenção de Especialista em Formação de Professores e Práticas Educativas, orientado pela profa. Dra. Ana Alice dos Passos Gargioni.

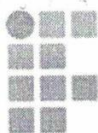
IPAMERI, GO  
ABRIL/2021

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
**Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano**

SL864c Silva, Esterfânia Lopes  
Conceitos e desafios do ensinar e aprender na  
Educação no/do Campo / Esterfânia Lopes Silva;  
orientadora Ana Alice dos Passos Gargioni. --  
Ipameri, 2021.  
25 p.

Monografia (Pós-graduação Lato Sensu em em Formação  
de Professores e Práticas Educativas) -- Instituto  
Federal Goiano, Campus Ipameri, 2021.

1. Educação no/do Campo. 2. Especificidades. 3.  
Desafios. I. Gargioni, Ana Alice dos Passos,  
orient. II. Título.



**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

**Identificação da Produção Técnico-Científica**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese  | <input type="checkbox"/> Artigo Científico              |
| <input type="checkbox"/> Dissertação                                 | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro              |
| <input checked="" type="checkbox"/> Monografia – Especialização      | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação                             | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ |   |

Nome Completo do Autor: Esterfânia Lopes Silva

Matrícula: 2019212302360218

Título do Trabalho: Conceitos e desafios do ensinar e aprender na Educação no/do Campo

**Restrições de Acesso ao Documento**

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique: \_\_\_\_\_

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 07/06 /2021

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

**DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ipameri, 07 de Junho de 2021.

Esterfânia Lopes Silva

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Ana Alice Gargioni  
Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 26/2021 - CENS-IPA/CMPAIPA/IFGOIANO

## PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

### ATA

## BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte um, às 14h00min (quatorze horas), reuniram-se os componentes da banca examinadora em sessão pública realizada por videoconferência, para procederem a avaliação da defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, em nível de especialização, intitulado **Conceitos e desafios do ensinar e aprender na Educação no/do Campo**, de autoria de **Esterfânia Lopes Silva**, discente do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Formação de Professores e Práticas Educativas do Instituto Federal Goiano – Campus Avançado Ipameri. A sessão foi aberta pela presidenta da Banca Examinadora, Profa. Dra. Ana Alice dos Passos Gargioni, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida à autora para, em 20 min., proceder à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu o examinado, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se a avaliação da defesa. Tendo-se em vista as normas que regulamentam o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Formação de Professores e Práticas Educativas, e procedidas às correções recomendadas, o Trabalho de Conclusão de Curso foi **APROVADO**, com a média 9,7, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de Especialista em Formação de Professores e Práticas Educativas, pelo Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega na secretaria do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Formação de Professores e Práticas Educativas da versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Educativas, com as devidas correções. Assim sendo, a defesa perderá a validade se não cumprida essa condição, em até **60 (sessenta) dias** da sua ocorrência. A Banca Examinadora recomendou a publicação dos artigos científicos oriundos desse Trabalho de Conclusão de Curso em periódicos após procedida as modificações sugeridas. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, e para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente pelos membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca Examinadora

Nome	Instituição	Situação no Programa
Ana Alice dos Passos	IF Goiano – Campus	Presidenta

Gargioni	Avançado Ipameri	
Hilma Aparecida Brandão	IF Goiano – Campus Avançado Ipameri	Membro interno
Bruna Franco Neto	IF Paraíba - Campus Patos Patos	Membro externo

Documento assinado eletronicamente por:

- Bruna Franco Neto, Bruna Franco Neto - Professor Avaliador de Banca - Instituto Federal da Paraíba (10783898000175), em 26/05/2021 18:01:10.
- Hilma Aparecida Brandao, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 30/04/2021 20:32:58.
- Ana Alice dos Passos Gargioni, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 30/04/2021 15:44:44.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/04/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 263570

Código de Autenticação: 962128960d



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Avançado Ipameri

Av. Vereador José Benevenuto (GO - 307), Zona Rural, None, IPAMERI / GO, CEP 75780-000

(64) 3491-8400

## SUMÁRIO

Introdução.....	9
1. Marcos legais do direito à Educação no/do Campo .....	11
1.1 As especificidades da Educação no/no Campo .....	15
2. Ensinar e aprender no campo: os principais desafios.....	19
3. Algumas considerações finais.....	22
4. Referências.....	23

## Conceitos e desafios do ensinar e aprender na Educação no/do Campo

Esterfânia Lopes Silva<sup>1</sup>  
Ana Alice dos Passos Gargioni<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo contempla um breve panorama das políticas que instituem a Educação no/do Campo, apresentando as principais dificuldades vivenciadas nessa modalidade de ensino, tais quais as dinâmicas necessárias à pedagogia da alternância e especificidades na proposição nessa forma de educação escolar. Objetiva-se aqui, por meio de uma revisão bibliográfica, compreender os desafios do ensinar e do aprender no campo a fim de entender os valores estabelecidos na Educação no/do Campo. Diante disso, evidenciou-se a importância do aproveitamento das experiências reais dos camponeses, relacionando a escola, o trabalho e o espaço rural, bem como o acesso e a permanência do alunado camponês para a efetivação das políticas públicas asseguradas a essas comunidades por meio de uma estruturação pedagógica diferenciada e o desenvolvimento político de seus movimentos sociais.

**Palavras-chave:** Educação no/do Campo. Especificidades. Desafios.

### ABSTRACT

This article provides a brief overview of the policies that establish the Countryside Education, the main changes experienced in this teaching modality, such as mandatory dynamics to alternation pedagogy and specificities in the proposition in this form of school education. The objective here is, through a bibliographic review, to understand the challenges of teaching and learning in the rural area in order to understand the values attributed to the Countryside Education. Thereby, the importance of considering the real experiences of the peasants was evidenced, relating the school, the labor and the rural space, as well as the access and permanence of the countryside students for the implementation of public policies ensured to these communities through a differentiated pedagogical structure and the political development of its social movements.

**Keywords:** Education in the field. Specificities. Challenges.

---

<sup>1</sup> Esterfânia Lopes Silva é licenciada em Educação do Campo pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente, é aluna do programa de pós-graduação lato sensu: Formação de Professores e Práticas Educativas, do Instituto Federal Goiano (IF Goiano).

<sup>2</sup> Professora do Instituto Federal Goiano – Campus Avançado Ipameri, doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).



## **Introdução**

A educação brasileira se inicia com a chegada dos padres jesuítas, com o objetivo de converter a alma do índio e adaptá-lo a fé cristã. Porém, até os anos de 1920, a educação apresenta alguns traços precários, relativos a quantidade (pois nem todos tinham acesso) e qualidade do ensino, além disso, as lutas políticas travadas em prol de sua expansão. Encontra-se, nesse sentido, três fases distintas relacionadas a educação anterior a segunda década do século XX, a primeira que vai até o ano de 1808, uma fase intermediária de 1808 a 1870 e uma outra, que se inicia por volta de 1870 (PAIVA, 1987).

Segundo Paiva (1987), podemos explicar essas fases da seguinte maneira: na primeira delas, no período colonial, a educação escolar é praticamente inexistente no Brasil. Naquele momento, o intuito pedagógico voltava-se somente para a catequização do indígena. Séculos mais tarde, com a chegada da família real, em 1808, surgem algumas escolas de ensino superior, onde as preocupações focavam no ensino para as elites em geral. Já na fase intermediária, percebemos uma tentativa de expansão do ensino. As primeiras universidades foram criadas na república já no século XX. Mesmo com a Constituição de 1824, que tinha como princípio a liberdade do ensino sem restrições, o ensino formal não se expandiu. Em 1827, a aprovação da lei sobre o Ensino Elementar objetivou criar escolas em todas as vilas e cidades existentes no país. Ainda assim, a situação não foi bem sucedida, pois anos depois da promulgação dessa lei, em 1867, apenas 10% da população em idade de frequentar a escola estavam matriculados. Na fase que se inicia a partir de 1870 é que se começa a pensar e multiplicar as preocupações com relação à instrução elementar. Foi nesse momento que, devido a um surto de progresso na economia brasileira, algumas ideias liberais em favor da educação no Brasil começam a emergir.

Essas fases apresentam tanto um panorama de progresso com relação ao sistema educacional, como também alguns problemas educativos que permanecem até os dias atuais, um exemplo é o acesso restrito ou limitado da maioria das pessoas ao processo educativo. É partindo dessa premissa que a Educação no/do Campo deve ser enxergada no presente artigo.

A Educação do Campo não é algo separado da educação nacional, por isso pontuamos alguns aspectos com relação à educação no Brasil, ou seja, para traçarmos discussões com relação a essa modalidade de ensino. A educação no meio rural traz consigo lutas políticas para o acesso e a permanência do aluno bem como apresenta marcos legais que necessitam ser pontuados e avaliados com maior profundidade.

Diante da problemática que é entender como a Educação do Campo vem sendo constituída dentro dos parâmetros legais e sua disponibilidade aos povos camponeses, traçamos alguns objetivos para o direcionamento deste estudo. O objetivo geral aqui é compreender os desafios diante da prática do ensinar e do aprender no campo. Para responder a nossa problemática e caracterizar ainda melhor o objetivo geral, dois objetivos específicos foram cruciais para a complementação desse texto: i) entender o processo de ensino-aprendizagem no espaço rural; ii) enfatizar os valores do dia-a-dia na Educação do Campo – o aprender a partir da realidade vivida pelos sujeitos dentro da escola camponesa.

Sabemos que a metodologia é o ponto pelo qual a pesquisa se desenvolve. Segundo Kleina (2014, p. 11), “o conhecimento científico tem sua base de construção do conhecimento do senso comum, ele é uma conquista relativamente recente da humanidade”. Assim, podemos entender que o conhecimento científico é sistemático, metódico, comprovável e falível, pois a ciência está em constante evolução. Nesse sentido, (KLEINA, 2014) e sem a intenção de esgotar o assunto em pauta, optamos por uma revisão bibliográfica. Nela, os procedimentos metodológicos utilizados incluíram a seleção, leitura e interpretação de artigos e livros que tratam do assunto.

O artigo está subdividido em quatro seções: introdução; a Educação do Campo e os marcos legais são discutidos na segunda parte; na terceira seção, discutimos as especificidades dessa modalidade educacional – o meio como forma de ensinar e aprender e na quarta, e última, seção, problematizamos as dificuldades diante das práticas educativas no campo – os principais desafios.

O tema escolhido para este trabalho surgiu de acordo com minha vivência no meio rural, onde enfrentei dificuldades para estudar em uma escola do campo, trabalhei com crianças e jovens que enfrentaram condições parecidas. Nesse sentido, a vontade de compreender tal fenômeno instiga essa investigação. Na memória, o acordar cedo, enfrentando transportes ruins e estradas em situações precárias para conseguir frequentar a escola, retoma como um filme jamais esquecido.

Falar sobre a Educação do Campo envolve uma escolha que vai além da necessidade de dissertar acerca de uma temática aleatória para a conclusão de um curso. Escrever sobre a Educação do Campo também é aqui uma descrição resultante do convívio no meio rural. Como estudante, as dificuldades enfrentadas, ainda hoje, tantos anos depois, continuam obstruindo os caminhos escolares de outras crianças e jovens.

Foi por esse motivo que ingressei outrora no curso de licenciatura em Educação no Campo pela Universidade Federal de Goiás, campus Catalão, ou seja, para estudar acerca de

uma educação e docência específica e de qualidade voltada à vida dos camponeses. Em minha trajetória, o curso de licenciatura em Educação do Campo, que forma professores para atuar na zona rural, foi importante para adquirir conhecimentos em relação a esse modelo de escola, ou seja, para refletir acerca do modo como as escolas do campo atuam e como se organizam, bem como devem promover uma educação de qualidade, respeitando as especificidades da vida dos camponeses.

E, agora, em continuidade, esse trabalho final do curso de especialização em Formação de Professores e Práticas Educativas, do Instituto Federal Goiano, Campus Avançado Ipameri, sem dúvida revela-se como mais uma oportunidade de discutir e incitar debates acerca da Educação no/do Campo, seus parâmetros legais, sua organização, seu funcionamento e os modos de proposição de ensino e aprendizagem. Diante da inquietação resultante das aulas no curso em questão, a partir das leituras realizadas em sala e a discussão de professores/alunos, novas inquietações, surgiram movimentando-me em busca de uma avaliação do atual cenário da Educação no/do Campo.

E é nesse sentido que esse trabalho se justifica: diante das adversidades enfrentadas no modo de vida dos camponeses, frente à relação que mantêm com a escola, ressoa a minha trajetória, ora voltada à minha experiência outrora como aluna, ora como docente em uma escola estadual no município de Campo Alegre de Goiás, aliada ao desejo de contribuir com o referido contexto mais uma vez, considerando a necessidade de problematizar para transformar o entorno. Na tentativa de entender como a educação no/do campo se constitui legalmente, também o direito ao acesso e permanência é que se faz necessário um levantamento sobre os marcos legais que a constitui.

## **1. Marcos legais do direito à Educação no/do Campo**

A reflexão acerca dos direitos comuns à sociedade apresenta afirmações de que nenhum civil pode ter mais ou menos direitos que o outro, o que significa dizer que “não devem existir sujeitos com maiores vantagens” (CORREIA, 2012, p. 189). Porém, há um alerta quando se discute direito e justiça, pois “a noção de justiça é muito maior do que a noção de direito” (CORREIA, 2012, p. 189). E como isso pode ser entendido?

Ora, há uma limitação quanto ao direito de justiça, já que nem sempre todos têm os mesmos direitos perante a justiça, o que acaba limitando o direito de igualdade. Dessa forma, “a liberdade ou a igualdade apenas são representadas, no direito, por traços que mais se

parecem com caricaturas de uma realidade muito mais ampla e densa”. (CORREIA, 2012, p. 189). Assim, é como se a liberdade fosse uma ficção do capitalismo, pois tornam veladas as limitações sobrepostas na vida de cada indivíduo, ou seja, invalida as desigualdades sociais como fatores determinantes das oportunidades reais vivenciadas pelos sujeitos. Nesse viés, tendo trazido aqui uma definição de direito, vale o questionamento: como fica, então, o direito à educação? Como ele se manifesta na Educação no/do Campo? Sabemos que a educação é um direito humano, mas ela tem sido consolidada dessa forma?

Sabe-se que a educação deve ser concebida como direito humano, o que significa incluí-la entre os direitos necessários à realização da dignidade humana plena (HADDAD, 2012, p. 217). Nesse sentido, ela deve ser garantida a todos os seres humanos. O processo educativo é fundamental na vida de qualquer cidadão e, apesar de não se restringir apenas ao acesso à escola, esse espaço formativo desempenha papel majoritário nos processos educativos dos sujeitos.

De acordo com Haddad (2012, p. 218), nas sociedades modernas, o conhecimento escolar é quase uma condição para a sobrevivência, na medida em que as pessoas vão recebendo instruções, e participando da vida escolar, elas têm grandes chances de defender os seus direitos, como, por exemplo, o próprio direito à educação, moradia, segurança, saúde, etc.

Para compreender a educação no espaço rural, articulamos uma discussão em torno das relações entre campo, educação e política pública. De acordo com o *Dicionário da Educação do Campo* (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012, p. 14), “a especificidade da educação do campo está no campo”, ou seja, na forma como se dão os processos de trabalho, a cultura, as lutas sociais dos sujeitos nesses espaços, visto que busca atender as mais variadas formas de vida das populações rurais, tais quais agricultores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (BRASIL, 2008).

Nessa premissa, a Educação no/do Campo vai além de um simples projeto de educação, pois “as pessoas se inscrevem como sujeitos de direitos e supõe a identificação de um modo próprio de vida social e de utilização do espaço, reafirmando a identidade da escola do campo” (BRASIL, 2013, p. 4) e, por isso, faz-se necessária a apresentação de um breve panorama a respeito das políticas públicas instituídas ao longo dos anos.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) estabelece diretrizes para a educação básica no Brasil. Na Educação do Campo, ela institui um novo marco e, de acordo com seus artigos 23 e 26, as escolas devem se organizar em grupos não seriados e, nos

currículos, além da base comum, deve haver uma base diversificada a fim de garantir e atender às necessidades locais das redes de ensino, bem como às características de cada região. O documento basilar apresenta propostas pedagógicas que vem ao encontro daquilo que realmente o estudante do campo necessita aprender, ou seja, considerando a sua vivência e experiência enquanto natureza do trabalho docente no campo.

De acordo com a homologação da Resolução CNE/CEB 2/2008 (BRASIL, 2008) estabeleceu-se algumas diretrizes e normas que contemplam a Educação do Campo como parte da Educação Básica em todas as etapas, isto é, do ensino infantil, fundamental, médio até o profissional técnico a fim de manter o acesso, a garantia e a universalização do ensino no campo como princípios a serem assegurados. Outro fato relevante que essas diretrizes apontam é que o atendimento educacional deve ser o mais próximo da comunidade de moradia do aluno, as escolas devem atender os estudantes respeitando suas especificidades, ou seja, não permitindo agrupamentos de crianças de educação infantil e ensino fundamental em uma mesma sala.

Em 2010, outro documento é divulgado (BRASIL, 2010a), instituindo a garantia de atendimento às especificidades na modalidade de Educação Básica do Campo e consolidando os ajustes aos aspectos sociais e culturais de acordo com as necessidades educacionais pertinentes às diversidades da realidade da vida no campo. Decreta-se ainda uma política de Educação do Campo destinada a uma maior oferta de educação básica e superior às populações do campo (BRASIL, 2010b).

A partir desse decreto, institui-se em 2013 o Programa Nacional de Educação do Campo (doravante PRONACAMPO), que engloba ações específicas de apoio à implementação de políticas de Educação do Campo. O programa objetiva a atuação a partir de quatro eixos transversais para a efetivação dessas políticas (BRASIL, 2013, p. 2), garantindo tanto o acesso como a permanência dos camponeses dentro da escola e valorizando a cultura dessas populações. Os eixos contemplam i) gestão e práticas pedagógicas, ii) formação iniciada e continuada de professores, iii) educação de jovens e adultos e educação profissional e v) infraestrutura física e tecnológica. (BRASIL, 2013, p. 3)

Esses eixos foram, então, articulados para manter e disponibilizar ações voltadas ao ensino nessas comunidades. Uma delas foi a aplicação do Programa Nacional do Livro Didático a fim de disponibilizar livros específicos que englobassem a realidade vivida em âmbito rural, adequados a uma aprendizagem contextualizada, como validam as Diretrizes para a Educação do Campo, favorecendo um currículo com abordagem tanto dos conhecimentos científicos quanto dos saberes dessas comunidades (BRASIL, 2013).

Outro programa importante contemplado pelo PRONACAMPO é o Programa Nacional Biblioteca da Escola. Essa ação tenta garantir a distribuição de obras literárias que abordem temáticas ligadas ao campo e das comunidades que lá vivem, ou seja, temas ligados aos indígenas, quilombolas, seus direitos, suas culturas, o modo como se organizam em sociedade, a relação que mantêm com a natureza e o espaço onde vivem. Vale destacar ainda que essas obras contemplam referenciais de abordagem socioeconômica, ou seja, considerando o debate sobre o agronegócio, a agroecologia, a produção agrícola, a reforma agrária de modo a promover os interesses e os fazeres do campo para reforçar as identificações culturais das diversas comunidades.

Ainda sobre o documento do PRONACAMPO, outra ação estabelecida foi a *Escola da Terra*, cujo objetivo consiste em melhorar as condições de acesso, permanência e aprendizagem dos alunos do campo por meio da formação de professores. Essa formação continuada de professores serve para fortalecer a experiência na área da Educação do Campo, visando o desempenho escolar dos estudantes (BRASIL, 2013).

A preocupação em oferecer e capacitar os professores para atuar nas escolas do campo trazem uma prioridade à formação inicial desses docentes. Para tanto, hoje, existem cursos de Licenciatura em Educação no Campo ofertados pelas Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Ensino Superior por meio da pedagogia da alternância, na qual as atividades são divididas em tempo-escola e tempo-comunidade, além da habilitação para exercer a docência em salas multidisciplinares (nessas salas funcionam mais de uma série) e no meio rural, como modo de garantir um magistério de qualidade e adaptado às demandas das populações rurais ou que atuam nesses espaços.

A Educação de Jovens e Adultos e também a Educação Profissional e Tecnológica também foram pensadas e mapeadas dentro da legislação que instituiu a Educação do Campo. De acordo com o PRONACAMPO, o ensino de jovens e adultos deve estar em consonância a um projeto sustentável de desenvolvimento do campo, um ensino articulado que recebe tanto apoio financeiro disponibilizado pelo Ministério da Educação, como apoio técnico em parceria com os cursos profissionalizantes (BRASIL, 2013). No ensino tecnológico, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego promove a inclusão social de jovens trabalhadores rurais em cursos de formação para que atuem no campo nas mais variadas áreas, desenvolvendo atividades típicas de cada região.

Pensar a infraestrutura das escolas é outro fator crucial demarcado nas políticas da Educação do Campo para a melhoria das condições físicas das instituições e atendimento das necessidades dos alunos, professores e comunidade rural. Os documentos regulamentam que a

escola deva conter espaços que favoreçam, além das atividades pedagógicas e profissionalizantes, quadras esportivas, horta escolar, alojamentos para professores e alunos, espaço para apresentação cultural e também um espaço específico destinado à educação infantil.

Diante dessas apresentações, nota-se que a Educação no/do Campo deve ser entendida como uma garantia de direito às populações camponesas e, apesar de variadas ações terem sido decretadas e regulamentadas em favor à legislação desse direito, ainda hoje mostram-se insipientes os investimentos promovidos efetivamente em tais contextos educacionais. Por isso, investigar as especificidades a serem atendidas no campo, bem como as particularidades do campo merecem ser adensadas neste artigo.

### **1.1 As especificidades da Educação no/do Campo**

Para observarmos as especificidades da Educação no/do Campo é preciso considerar o seguinte: quem são os sujeitos envolvidos nela? Como são mantidas as relações com o meio em que vivem? O que se busca enquanto acesso, permanência e direito à educação? A educação tem sido disponibilizada e garantida aos moradores do campo? Essas e outras questões endossam a pauta desta seção.

A partir da revisão bibliográfica realizada, evidenciamos os sujeitos residentes no espaço rural, como são designados e como constituem suas comunidades. Ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pescadores, caiçaras e coletores são alguns exemplos de comunidades campesinas espalhadas por todo Brasil.

O campo é habitado por muitos povos e cada povo tem seu jeito de viver, de pensar e trabalhar, de manter relações com a natureza e com o espaço em que vive. Cada povo carrega consigo uma identidade histórica, constituída ao longo do tempo por meio da convivência familiar e com outras comunidades. Como o campo é um lugar vasto e habitado por diversas pessoas diferentes entre si, que compartilham vivências e experiências, é importante percebermos a relação desses sujeitos com o espaço em que vivem.

Para Gonçalves (2012, p. 96) até os anos de 1960, no que toca às comunidades rurais, a discussão voltava-se à conservação e preservação do meio ambiente. No entanto, a partir da década de 60, a concepção torna-se outra e o debate gira em torno de como o ambiente relaciona-se ao desenvolvimento das sociedades.

Para Gonçalves (2012, p. 97) “a dominação da natureza pelos homens acabou por autorizar a dominação de povos, etnias e grupos sociais assimilados à natureza”. Um exemplo disso são os povos que foram denominados como selvagens, pois, por serem das matas, da natureza, foram submetidos à dominação de grupos declarados civilizados. O mesmo acontece com as raças, quando inferiorizadas e dominadas pela raça hegemônica e que, por uma questão de poder, acaba por ser definida como normativa e, portanto, entendida como superior.

Para Gonçalves (2012), com o avanço do capitalismo e, portanto, da mercantilização do território, os povos do campo acabaram desterritorializados e se realocaram nos centros urbanos, onde novamente as dinâmicas de dominação ficam evidentes, pois tiveram de vender força de trabalho, transformando-se também em mercadorias. Percebe-se que a relação de dominação que o homem tem da natureza e também dos povos que nela ocupam.

Nessa ideia de dominação, quando se coloca o homem como sujeito e a natureza como objeto, o autor ressalta que os saberes constituídos pelos povos camponeses e oriundos de um determinado local de menor protagonismo social passam por esse processo de dominação, tendo seus valores e crenças deslegitimados. Dessa maneira, o que poderia ser uma experiência humana de diversidade cultural e social não é trazido à tona e nem é discutido, deixando em segundo plano as vozes e conhecimentos **das** comunidades do campo interessadas em função de políticas públicas que versam **sobre** e **para** essas populações camponesas e não em conjunto.

E como fica o direito, o acesso e a permanência a educação quando se pensa nessa dominação de povos? Para Haddad, (2013, p. 218), a educação é um “direito de síntese”, ela é a base para a formação de pessoas, que auxilia o indivíduo na busca e no reconhecimento pelos seus direitos, tanto no sentido de exigir quanto no sentido de desfrutar.

Em análise, e diante de toda conjuntura educacional no Brasil, percebemos que mesmo sendo direito de todos, a educação ainda não alcançou essa realização plena e efetiva – nem sempre é lembrada como formação integral do cidadão. Sendo ela um direito humano, preconiza habilidades e potencialidades humanas, não somente formar o cidadão e instruí-lo para atuar no mercado de trabalho. Reconhecê-la como direito implica que ela seja desfrutada por todas as pessoas, independente de raça, credo, etnia ou status social.

Para Haddad (2012), as oportunidades devem garantir a todos os cidadãos o acesso, a permanência e a conclusão de uma educação básica, como prevê a lei. O autor ainda nos aponta que a educação de forma geral, nessa percepção, deve garantir consonância a quatro características essenciais: i) disponibilidade: educação gratuita para todas as pessoas sem



distinção, ou seja, o Estado deve assegurar que existam escolas públicas que atendam as pessoas na sua formação básica; ii) acessibilidade para garantir o acesso sem qualquer discriminação, uma vez que não discriminar é, sem dúvida, uma ação imediata e plena e está garantida nos princípios importantes que regem os direitos humanos numa sociedade; iii) aceitabilidade: a qualidade do ensino deve ser levada em consideração e seriedade, subsidiando os programas pedagógicos e a formação de professores que implicam no ato de ensinar e aprender, tendo como foco uma aprendizagem significativa; e iv) adaptabilidade, pois a escola deve se adaptar aos seus alunos, respeitando as diferenças étnicas e raciais, os espaços de moradia, os costumes, a cultura e a realidade que o estudante se insere. Tais condições podem favorecer uma maior equidade com relação às práticas educativas vigentes, inclusive aquelas voltadas à Educação no/do Campo.

No entanto, mesmo diante dos movimentos sociais ligados à educação, a seu acesso e permanência, Haddad (2012) pontua que há uma separação entre estudantes economicamente mais favorecidos e a população de baixa renda, o que produziu uma inversa: mais vagas e menos qualidade. Sendo assim, o sistema educacional vigente não universaliza a oferta de educação para todos. É um problema que ainda temos que enfrentar e, para o autor, “o macroproblema da educação brasileira continua sendo o baixo e desigual nível de escolaridade da população” (HADDAD, 2012, p. 220).

Mesmo sabendo que a educação é um direito de todos e uma obrigatoriedade do Estado e da sociedade, requer uma avaliação perante as políticas públicas, no que diz respeito ao acesso e permanência. A universalidade e o respeito às diferenças são também alguns princípios que podem ser avaliados para que não haja exclusão, principalmente quando se trata de pessoas do meio rural.

As lacunas na educação ainda continuam existindo e evidenciando diversas exclusões sociais, tal como a pouca oferta de escolarização à determinadas parcelas populacionais. Haddad (2012, p. 220) ressalta que as comunidades residentes no campo acabam frequentam a escola por menos tempo. Em seus apontamentos o autor descreve que

são 7,5 anos em média de escolarização para pessoas com 15 anos ou mais, variando entre regiões e segmentos sociais. Esta média está abaixo dos nove anos definidos como obrigatórios por lei para o ensino fundamental. Esses números se agravam entre pessoas que vivem na zona rural (4,8 anos), negros (6,7 anos), e aqueles que vivem no Norte e no Nordeste, as regiões mais pobres do país (7,1 e 6,3 anos respectivamente).

Já as regiões mais desenvolvidas do país, considerando o aspecto econômico, apresentam índices maiores em relação aos mais pobres, como é o caso da Região Sul e

Sudeste com uma média de 7,9 e 8,2 anos de escolarização de seus residentes. Já acerca da população considerada branca, a média de estudo é de 8,4 anos. Essas informações servem para pontuarmos o quanto o acesso e a permanência na educação em nosso país ainda destinam-se para e privilégio de algumas classes sociais.

De acordo com Oliveira e Campos (2013), o universo rural sofreu algumas transformações advindas de movimentos iniciados no final da década de 80, a fim de uma democracia que viesse garantir direitos, como o da educação do campo, por exemplo. Tais movimentos foram promovidos pelos sindicatos dos docentes, movimentos estudantis, ambientalistas, entre outros. Apesar disso, somente na década de 1990 o objetivo de universalização do ensino compreende a Educação do Campo, que se fortalece nos debates com a intenção de garantir e ampliar sua oferta, “assegurando suas territorialidades e identidades sociais”, como afirmam Oliveira e Campos (2013, p. 240).

O sentimento de emancipação é algo que acompanha os povos camponeses nas suas mais variadas organizações, sejam elas indígenas, caiçaras, quilombolas, ribeirinhas, postulando novas formas de organização educacional, que garantem além do próprio direito à educação, a inclusão dos estudantes do campo, considerando suas cosmologias, lutas, territorialidades, concepções de natureza, família, arte, organização social, etc. (OLIVEIRA; CAMPOS, 2013, p. 240). Nesse aspecto, nota-se um ensino diferenciado preconizado na Educação do Campo o que, por sua vez, não acontece naquilo que foi denominado como educação rural.

A saber, o termo educação rural foi, por muito tempo, utilizado para designar formas de educação possíveis em espaços que não eram urbanos. Isso significa que havia, nesse modelo, um apagamento das dinâmicas sociais que constroem as subjetividades e, por sua vez, produzem desigualdades. Ora, nessa perspectiva, a educação rural contribui para o fortalecimento do capitalismo, quando prepara o sujeito camponês para se tornar um operário da cidade, deixando suas raízes e especificidades do campo. A escolarização pela educação rural é nesse sentido um instrumento de adaptação do homem a vida urbana e carrega uma visão repleta de preconceitos acerca do homem camponês, visto que invalida os seus saberes (SIMÕES; TORRES, 2011).

Por outro lado, a Educação do Campo abraça aquilo que foi colocado de lado na educação rural. Assim, o campo não é um lugar marginal ou um espaço de incivilidade, ditado nas práticas de dominação e manutenção da urbe. Não se trata de um lugar que precisa ser evadido ou que obedeça aos critérios e dinâmicas de uma “urbanidade”. Por isso, a Educação do Campo abrange os movimentos sociais, as lutas coletivas, a militância dos grupos, os

interesses camponeses pela terra, a historicidade do popular e, nas palavras de Arroyo e Fernandes (1999, p. 47), “uma escola do campo é a que defende os interesses da agricultura camponesa, que construa conhecimentos, tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população”.

Diante da diversidade que constitui as identificações do homem rural, ora trabalhador, ora coletor, ora pescador, ora ribeirinho, muitas vezes envolvidas nas práticas de seu trabalho, esse homem também produz e organiza sua vida num contexto social e na relação que mantém com o espaço em que vive. Por isso, como prática social, a Educação do Campo não pode estar apartada da vivência dos sujeitos que constituem esse espaço rural. Nesse sentido, Caldart *et al* (2012, p. 263-264) destaca algumas características que constituem a realidade da Educação do Campo, tais como: constitui-se como luta social e acesso aos trabalhadores do campo; busca por políticas públicas mais abrangentes; articula luta pela educação e luta pela terra; defende as especificidades do campo, levando em consideração as vivências de seus sujeitos; reconhece o pluralismo intrínseco em seu espaço e de seus sujeitos; busca assegurar uma educação emancipatória; fundamenta uma pedagogia a partir de uma realidade específica; apropria-se da escola como organização central frente a lutas, conquistas e reflexões pedagógicas; luta pela educação básica adotando a Educação do Campo como movimento social; posiciona os professores como peças-chaves na articulação pedagógica e transformação escolar.

Essas características revelam como pode ser uma educação do Campo num contexto de emancipação e prática social. Diante disso, pensar essa modalidade envolve considerar todas as mudanças de valores e sentidos ocorridas ao longo dos anos na percepção da humanidade, da escola, do mundo, do trabalho e, sobretudo, dos saberes mediados sobre e para o espaço rural (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012).

Posto isso, consolidar uma educação básica para moradores do campo não é uma tarefa fácil e discussões desde o não fechamento das escolas do campo até a garantia de profissionais habilitados para a docência diferenciada, que considera os sentidos socioculturais, permeiam a vivência desses sujeitos e os desafios encontrados por eles na execução de uma Educação no/do Campo.

## **2. Ensinar e aprender no campo: os principais desafios**

Segundo Caldart *et al* (2012), as discussões acerca da Educação do Campo não são recentes, embora sendo consolidadas através das lutas de variados movimentos sociais, como já mencionado. Nessas propostas, nos últimos anos, firmou-se uma nova política que visa atender as especificidades dos sujeitos e dos trabalhadores camponeses, sendo importante salientar uma educação que seja **no** e **do** campo.

Não vamos aqui esgotar todos os aspectos referentes aos modelos de escola do campo e, sim, discutir como se dá o ato de ensinar e aprender no contexto rural. Para isso, a pedagogia da alternância deve ser apontada, visto que se constitui como uma das principais formas de atuação no âmbito rural.

De acordo com Jesus (2011, p. 9), esse período alternado entre família, escola e comunidade “exerce uma função metodológica e pedagógica no processo formativo dos educandos” (JESUS, 2011, p. 9), sendo a alternância no meio socioprofissional e o espaço escolar de suma importância para a formação integral do estudante.

O objetivo da alternância é propiciar um ensino de tempo integral, onde não só o aluno será envolvido dentro do contexto, mas também a família e a comunidade onde ele mora – já que Educação do Campo vincula o ensino especificamente no espaço rural e ela compreende como os sujeitos defendem interesses culturais, econômicos e sociais de quem reside e trabalha no meio rural. Dessa forma, a alternância propicia qualificação técnica e fortalece o trabalho no meio rural, como a agricultura camponesa, por exemplo, pois além de estudar, como alternativa os alunos podem permanecer no campo, diminuindo assim o fluxo migratório para o espaço urbano.

Conforme Jesus, (2011, p. 10), “a alternância ajuda o aluno a conhecer e valorizar o seu modo de vida, a cultura local e despertar a consciência crítica, ampliando seus conhecimentos”. Sendo dessa forma, na escola o aluno deve unir teoria e prática, realizar experimentos, trocas de experiências e pesquisas. Assim, o campo não é pensado somente como espaço de produção agrícola, é sobretudo um espaço de entrelaçamento de vivências, de manifestações culturais, de lutas, movimentos sociais, que vão se constituindo como lugar único de produção de saber.

Jesus (2011) ressalta que é importante ampliar o debate acerca da proposta educativa das escolas do campo, reconhecendo o direito das populações do campo em ter escolas que atendam suas necessidades e especificidades. No entanto, segundo o autor, a tarefa não é tão simples, pois há de se considerar a formação docente e também os espaços em que a alternância ocorrerá, uma vez que é um método dinâmico e pode variar em contextos e tempos históricos diferentes. O grande desafio é articular essas relações entre realidade da

escola e a realidade do trabalho. Portanto, trata-se de um projeto de formação, no qual a pedagogia é tratada como um saber partilhado.

A relação estabelecida dentro do ambiente escolar, sobre como o saber vai ser articulado é constituído de uma forma coletiva e participativa. Nesse sentido, pais, professores, alunos e outras associações locais vão participar ativamente para que o processo de ensino na alternância seja colaborativo e integrativo. Jesus (2011, p. 11) ainda ressalta:

Sem a participação desses atores, o processo formativo na alternância fica comprometido, principalmente quando a escola não tem clareza da finalidade da alternância e também quando não há o acompanhamento pedagógico que é necessário para a formação na alternância. (JESUS, 2011, p. 11)

Esse método é adequado para o espaço rural, pois ele não trabalha somente pela lógica dos conteúdos, mas inserindo o aluno em seu contexto social. O meio é primordial, a participação da família no reconhecimento das relações entre escola, trabalho e comunidade favorece o desenvolvimento dos educandos, pois são estimulados a tomar um papel de sujeitos dentro da sociedade.

Essa formação alternada, de acordo com Gimonet (2007) “supõe dois programas de formação: o da vida e o da escola” – o da vida são os conteúdos informais e as experiências, o da escola são os conteúdos formais e acadêmicos. Entende-se que são vários atores inseridos nesse plano educativo em que o diálogo acontece em diferentes contextos e espaços. Somando-se a isso, Jesus (2011, p. 14) discorre que “essa concepção de educação rompe com a lógica do modelo tradicional escolar porque nela o educando torna-se o sujeito da sua própria formação” (JESUS, 2011, p. 14).

Nessa perspectiva, a escola procura atender as necessidades dos estudantes do campo, aliando a inserção desses sujeitos com o trabalho profissional, sendo o espaço escolar aliado do território no desenvolvimento das práticas educativas. Pois é nesse lugar que as manifestações políticas e sociais vão se consolidando e serão fundamentais para o processo formativo dos sujeitos.

Uma demanda desafiadora da Educação no/do Campo com relação ao ensinar e ao aprender consiste no rompimento de preconceitos legitimados e sustentadas discursivamente. A Educação do Campo dialoga com valores territoriais próprios e superar a ideia de que o homem do campo é ignorante é o principal desafio da vida campesina. Alguns discursos dessa natureza fortalecem representações sociais pejorativas. Desde Jeca Tatu, Chico Bento e outros, o caipira vem sendo definido como alguém menos instruído, maltrapilho, ingênuo ou

desconectado dos avanços tecnológicos, ideologias que há anos são reforçadas por diversos veículos midiáticos (BENTO, 2009).

Além disso, é de suma importância levar em consideração a relação da Educação no/do Campo com o trabalho rural. Contudo, há de se contornar a normalização do trabalho infantil como fundamento de enobrecimento e dignidade das crianças – futuros homens - do campo. De acordo com Rocha (2013), muitas delas acabam evadindo o espaço escolar, pois há uma linha tênue a ser ressignificada no âmbito familiar entre o trabalho formativo e a exploração.

Há ainda a escassez na garantia de salas de aula com infraestrutura adequada, ineficácia no sistema de transporte escolar seguro e de qualidade, a necessidade de estruturação pedagógica adequada com educadores formados, de materiais didáticos apropriados, equipamentos e estrutura física em conformidade com as demandas específicas do projeto político pedagógico de cada escola para promover um ambiente escolar formativo tanto quanto um espaço de diálogo e participação efetiva da comunidade local (ROCHA, 2013).

A promoção de sensibilização pedagógica referente às considerações anteriores pode fortalecer a superação de adversidades que tocam a vida em âmbito rural e melhorar as condições de oferta dessa modalidade de ensino. Sendo assim, é importante apontar que o rompimento de algumas visões cristalizadas também serve de subsídio ao combate de dificuldades enfrentadas na Educação no/do Campo bem como possibilitam promover reflexões, cobranças e novas atribuições às políticas públicas vigentes.

### **3. Algumas considerações finais**

Percebemos que a Educação no/do Campo, assim como outras modalidades da educação brasileira, não acontece de maneira uniforme. Ou seja, mesmo sendo direito da população e dever do estado e da sociedade, ainda existem algumas superações necessárias, particularmente no que se refere às condições de acesso e permanência dos sujeitos na escola. Realçada como um processo de intensas lutas ao longo do tempo, de moradores rurais que buscam intensamente ingressar e manter-se na escola, a Educação do Campo vem sendo constituída como um espaço formativo que busca não somente o ato de ensinar a ler e escrever, mas também disponibilizar cursos profissionalizantes que possam atender a população rural.

A dinâmica apresentada nessa revisão bibliográfica está ligada às diversidades dos povos camponeses, à cultura e à formação de comunidades distintas, porém alçadas no objetivo de ingressar na escola e nela permanecerem. Para atender a essas necessidades, as políticas públicas de Educação do Campo tentam embasar programas distintos que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem. Tais políticas são mencionadas como formas de atender e priorizar o ensino às populações camponesas.

A dominação é outro ponto crucial no entendimento deste artigo, já que, pensando a educação de forma emancipatória é nosso dever problematizar a relação do homem com o ambiente que territorializa, e por isso o constrói, numa sociedade capitalista. Nesse exercício, a luta do homem do campo pela garantia dos seus direitos vem atrelada a luta pela justiça social e devem ser mecanismos de sustentação e fortalecimento de um ensino escolar de qualidade, pautado nos saberes do entorno, que venha superar as diferenças e preconceitos contra as comunidades de camponeses.

Entender a Educação no/do Campo é verificar seus pontos de acesso, permanência, as características das sociedades rurais, suas lutas a partir dos movimentos sociais e os desafios a serem superados ainda, tendo como finalidade assegurar uma formação de qualidade, que viabiliza o fazer escolhas, o posicionamento diante dos problemas diários e, conseqüentemente, a superação das adversidades e das dificuldades que estão sobrepostas no espaço rural. Assim, em síntese, a compreensão de que frequentar a escola não é somente estar nela, é necessário que essa escola ofereça a possibilidade de desenvolver a criticidade para a participação política e social por meio de uma estruturação pedagógica diferenciada.

#### 4. Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 05 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Pronacampo**. Brasília, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 03 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2/2008**. Brasília, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11841-rceb002-08-pdf&category\\_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11841-rceb002-08-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em 22 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4/2010**. Brasília, 2010a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf). Acesso em 22 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file#:~:text=NOVEMBRO%20DE%202010-.Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20pol%C3%ADtica%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%20e%20o,de%201996%2C%20e%20no%20art>. Acesso em 22 fev. 2021

BENTO, Franciele. Chico Bento: a representação do caipira nos desenhos animados. In: IX Congresso Nacional de Educação (EDUCERE) e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. **Anais eletrônicos...** Paraná: PUC-PR, out. 2009. p. 6477-6491. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2804\\_1264.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2804_1264.pdf). Acesso em: 21 abr. 2021.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CORREIA, Marcus Oriene Gonçalves. Defesa de direitos. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.189-192.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Ambiente (Meio Ambiente). In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 96-105.

GIMONET, Claude Jean. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HADDAD, Sérgio. Direito à educação. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 217-224

JESUS, José Novais de. A pedagogia da Alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás. **Revista NERA**. Presidente Prudente, SP. Ano 14, nº 18, 2011.

KLEINA, Cláudio – **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Curitiba, PR: IESDE BRASIL S/A, 2014

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de; CAMPOS, Marília. Educação Básica do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO,



Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 239-246.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

ROCHA, Eliene Novaes. **Das práticas educativas às políticas públicas: tramas e artimanhas pela educação do campo**. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SIMÕES, Willian; TORRES, Miriam Rosa. **Educação do campo: por uma superação da educação rural no Brasil**. Curitiba, 2011. Disponível em:  
<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38662/R%20-%20E%20-%20MIRIAM%20ROSA%20TORRES.pdf?sequence=1>. Acesso em 12 de abr. de 2021.